

## ARTUR ALONSO FRIAS: A TRAJETÓRIA E A OBRA SE CONFUNDEM EM “VINTE ANOS A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO”

ARTUR ALONSO FRIAS: LA TRAYECTORIA Y OBRA SE CONFUNDEN EN “VEINTE AÑOS AL SERVICIO DE LA EDUCACIÓN”

ARTUR ALONSO FRIAS: TRAJECTORY AND WORK MIX TOGETHER IN “TWENTY YEARS OF EDUCATION SERVICE”

*Alvaro de Oliveira Senra\**

**Resumo:** Este artigo busca ressaltar a relevância, para o estudo da educação brasileira no período compreendido entre os anos de 1945 e 1965, das idéias do educador jesuíta Artur Alonso Frias (1901-1990), em sua obra “Vinte anos a serviço da educação”, por ele publicada sob o pseudônimo de Mariano da Cruz.

**Palavras-chave:** Educação brasileira; educação católica; conservadorismo.

**Abstract:** This article aims to stress the relevance of the ideas of the Jesuit educator Artur Alonso Frias (1901-1990), in its work “Twenty years of education service”, published by him under the pseudonym of Mariano da Cruz, for the study of Brazilian Education within the years of 1945 and 1965.

**Keywords:** Brazilian education; catholic education; conservatism.

### Introdução

Em 1966, o educador jesuíta Artur Alonso Frias publicou uma obra de grande relevância para o estudo da educação brasileira, abordando o período democrático compreendido entre o fim da ditadura varguista, em 1945, e o ano de 1964, quando o presidente João Goulart foi derrubado e se iniciou o Regime Militar. A publicação, intitulada “Vinte anos a serviço da educação”, foi escrita sob o pseudônimo religioso de Mariano da Cruz, que Frias adotou em livros e folhetos da Companhia de Jesus ou da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC) (RAMAL, 1999, p. 101).

Escrita num período de grandes modificações para a educação brasileira, “Vinte anos a serviço da educação” contém chaves para o entendimento dos problemas e dos posicionamentos adotados pela educação católica, num momento histórico crucial da História da Educação brasileira, em que a modernização do país exigia a ampliação da educação escolar e posicionava, em campos opostos, defensores das escolas públicas e do ensino privado<sup>1</sup>.

“Vinte anos a serviço da educação” relata as memórias do período em que Frias presidiu a AEC, entre os anos de 1945 e 1965, transcrevendo os documentos produzidos por esta entidade e por outras instâncias católicas dedicadas à educação; descrevendo os debates parlamentares e as reuniões

com representantes do Estado; estatutos, expondo as teses apresentadas aos Congressos dos Estabelecimentos de Ensino Privado; apresentando relatórios sobre mensalidades, concessão de bolsas e negociações salariais com os sindicatos de professores; argumentando em defesa da regularização de cursos e diplomas; posicionamentos diante do movimento estudantil; por fim, catalogando editoriais, atas, circulares e artigos publicados no boletim da AEC, "Servir", e manifestos de defesa do ensino privado em geral, e católico em particular. Muitos desses documentos foram escritos pelo próprio Artur Alonso Frias.

Nesse sentido, o indivíduo e a entidade que presidia muitas vezes se confundem. As memórias de Artur Alonso Frias, registradas na obra, são também as memórias institucionais da AEC. Ambos se veem como cruzados combatendo pela educação católica, num ambiente hostil formado por laicistas, liberais, socialistas e católicos dissidentes, que estariam pondo em risco toda uma tradição e todo um conjunto de convicções, a serem defendidos com firmeza e perseverança.

É necessário registrar que no período abordado por "Vinte anos a serviço da educação" ocorreu uma série de embates envolvendo o papel do Estado na educação, a discussão das leis do Ensino Secundário, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o papel a ser desempenhado pelas redes pública e privada, esta então majoritariamente católica.

Estes embates formaram o terreno onde vários sujeitos políticos se enfrentaram e negociaram as condições em que se daria a organização legal e a expansão da educação brasileira. Frias produziu uma obra que discute, no calor da hora e sob o prisma do catolicismo conservador, o próprio desenrolar das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro e sua interlocução com os sujeitos políticos nelas interessados, e por elas afetados, em um momento crucial do processo da construção do Brasil moderno.

Mais do que um registro formal, "Vinte anos a serviço da educação" deixa transparecer a natureza militante, apaixonada e sem concessões de seu autor, um católico profundamente conservador e comprometido com o espírito missionário, num momento em que o catolicismo se abria para a pluralidade e buscava se adequar ao mundo moderno. Frias registrou em seu livro o compromisso militante com suas ideias, e a capacidade de transformá-las em ação política em defesa da razão de sua vida, a educação católica.

### **A obra militante**

Artur Alonso Frias, nascido na Espanha em 1901, estudou na França (onde decidiu ser padre jesuíta), no Brasil (para onde se transferiu em 1920), na Holanda e, finalmente, em Roma, onde cursou o Doutorado em Ciências Eclesiásticas entre 1930 e 1932 (RAMAL, 1999, p. 99).

Homem dotado de grande capacidade de trabalho, Frias exerceu o sacerdócio e o magistério ao longo de toda sua vida adulta, além de ocupar cargos de grande relevância: ele foi diretor do Colégio Santo Inácio, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1941 e 1947; Provincial dos Jesuítas do Brasil Central, em 1945; Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de 1956 a 1962; e membro do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (1961-1967) (RAMAL, 1999, p. 100).

No entanto, a energia militante de Frias convergiu em toda sua capacidade para aquela que ele considerou como sua maior obra: a criação e a direção da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC).

Esta entidade foi organizada a partir do I Congresso Nacional de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário e Comercial, que reuniu 600 dirigentes de escolas privadas no Rio de Janeiro, em 1944, num contexto em que a crise do Estado Novo tornava o retorno à democracia política iminente.

Nos anos seguintes, o fortalecimento de forças político-sociais que defendiam a expansão da escola pública foi percebido nos debates da Assembleia Nacional Constituinte (1946) e, posteriormente, nas discussões da primeira Lei de Diretrizes e Bases (1948-1961), tornando a posição da Igreja relativamente mais frágil do que em períodos anteriores.

Na presidência da AEC, o autor de "Vinte anos a serviço da educação" marcou sua atuação pelo combate sem trégua a tudo que representasse a possibilidade de monopólio educacional por parte do Estado. Neste sentido, o autor, a entidade por ele dirigida e a obra publicada chegam a se confundir, tamanha a energia e a determinação que dedica à luta pela educação católica.

Esta luta fundamentou-se nos ideais de neocristandade. Esta concepção floresceu na Igreja Católica, no Brasil, entre as décadas de 1910 e 1950, assumindo a defesa do conservadorismo e da ordem, além da rejeição às ideologias seculares e às outras concepções religiosas, resultando em um catolicismo vigoroso e de renovado espírito missionárias, buscando sempre revitalizar sua presença junto à sociedade e ao Estado (MAINWARING, 1989, p. 43).

O catolicismo do jesuíta Frias já vinha sendo questionado por religiosos, movimentos leigos e intelectuais católicos de destaque. No entanto, ao longo de sua presidência, a AEC se manteve como baluarte do tradicionalismo propagado pelo modelo de neocristandade, coadunando-se com a visão de mundo do Pontificado de Pio XII (1939-1958), inclusive na triunfalismo de sua luta contra os princípios da modernidade (COSTA, 2006, p. 108-109).

Os ideais de neocristandade foram sendo gradativamente abandonados pelos dirigentes da AEC a partir das transformações vividas pelo catolicismo institucional após meados da década de 1960, coincidindo com o Concílio Vaticano II e a retirada de Frias da presidência da AEC. Nas

décadas seguintes, as escolas católicas passaram a dividir várias práticas e concepções, entre elas aquelas relacionadas ao catolicismo progressista.

Nas décadas de 1940 e 1950, no entanto, a educação católica vivia sob o signo do conservadorismo e do seu papel tradicional de formador de elites. A sua liberdade de ação era a bandeira fundamental. Note-se o peso da educação privada no interior da educação escolar brasileira, sobretudo nas instituições dedicadas ao ensino secundário, tradicionalmente preparatório para os níveis superiores e frequentado pelos segmentos sociais mais privilegiados. Em 1953, a porcentagem de alunos do ensino secundário no setor público não superava 34%, diante de 66% no setor privado, então majoritariamente católico (GARCIA; CAPDEVILLE, 2001, p. 62).

O Ministério da Educação tornou-se o símbolo da presença e da interferência estatal na vida das escolas privadas. A metáfora escolhida por Frias era que a contraposição à força invasiva do Estado no espaço educacional católico requeria ordenamento jurídico e mobilização política das forças fiéis a Igreja. Para o jesuíta Leandro Rossa, presidente da AEC (1988-1989),

Quando da inauguração da primeira sede própria da AEC, o Padre Artur Alonso Frias desejava que ela fosse o espaço para um "Pequeno Ministério da Educação Católica". Na opinião dele e de outros, assim como existia um Ministério da Educação, seria, mais do que natural, que existisse um Ministério da Educação Católica, mais ligado à autoridade eclesiástica do que a civil. O que o Ministério civil representa para a educação, em geral, o Ministério eclesial devia representar para a educação católica. A AEC, portanto, devia exercer, em âmbito católico, com autonomia e independência, as mesmas funções do Ministério da Educação, buscando, no Ensino Social da Igreja, as ideias orientadoras de sua atividade educativa. A AEC seria o braço estendido da hierarquia eclesiástica para os assuntos inerentes à educação (ROSSA, 2005, p. 146).

Em várias passagens de seu livro, o autor expôs de forma clara esses princípios, defendendo pontos essenciais para os católicos, como o direito de escolha das famílias à educação de seus filhos, a negação ao Estado do monopólio da educação, ou o combate sem trégua às ideologias seculares.

Em 1953, ao justificar as propostas dos católicos para a LDB, Frias afirmou que cabe aos pais o direito de escolha da educação que desejam. "Ao Estado cumpre [...] assegurar aos pais, com os recursos que deles arrecada para esse fim, a possibilidade de escolherem, efetivamente, a escola que preferirem" (CRUZ, 1966, p. 123).

Ou ainda, em circular que a AEC publicou em 1961:

O laicismo e o comunismo entendem a liberdade às avessas, e impõem ao povo uma escola estatal, em vez de permitir que o povo escolha a que melhor lhe convier. Temos repetido, mil vezes, que a escola pública não será nunca aquela que o Estado impõe, mas, sim aquela que o povo pode escolher (CRUZ, 1966, p. 242).

Em nenhum momento o autor hesitou em proclamar a liberdade de ação educacional para a Igreja Católica, a partir da constatação do vínculo existente entre educação e a missão reservada por Jesus Cristo aos membros do clero. "Vinte anos a serviço da educação" enfatiza as palavras proferidas pelo Papa Pio XI, em 1953:

A Educação é, de fato, e sem sombra de dúvida, sob seu aspecto mais essencial, a mais atualizada forma de apostolado. Não afirmamos isso sem reflexão. A Educação é, verdadeiramente, a modalidade mais moderna de Apostolado (CRUZ, 1966, p. 15).

Para Frias, esse compromisso apostólico significava a preservação do ideário educacional católico como baluarte de luta contra o laicismo e o fortalecimento do Estado. O sucesso neste combate, no entanto, dependeria da unidade dos cristãos sob a guarda da Igreja Católica.

Neste sentido, é compreensível a ênfase no enfrentamento travado pelo autor contra os segmentos modernizantes e críticos no interior do catolicismo, num momento em que os sinais de abertura às influências do mundo moderno e de sensibilidade à democracia e à justiça social se faziam sentir entre os leigos e os membros da hierarquia:

Como explicar que, hoje, sem que tenha variado o ensinamento de Roma, sejam as teses dos inimigos da Igreja esposadas e difundidas, mesmo aqui no Brasil, por associações de jovens, como a JEC e a JUC, por partidos ou grupos políticos que se dizem inspirados em princípios cristãos, como AP (Ação Popular) e PDC (Partido Democrata Cristão) e, até mesmo, por adultos – na verdade não especializados no assunto – mas investidos de graves responsabilidades no campo católico? (CRUZ, 1966, p. 109).

O combate que o autor empenhou contra esses segmentos se tornou mais acirrado no longo período de gestação e votação da primeira Lei de Diretrizes e Bases (1948-1961), que pôs em campos opostos defensores da educação pública e das escolas privadas. Ao se referir aos católicos que se puseram no campo da educação pública, Frias não hesitou em lhes desferir duro ataque:

Não faltaram, mesmo no campo católico, elementos doutrinariamente despreparados e irresolutos, diante da violência daquelas arremetidas que, embora investidos de graves responsabilidades sociais, se dispunham *pro bono pacis* – falsa paz, naturalmente, a ceder à pressão dos adversários do ensino livre, mesmo com o sacrifício a princípios, de direitos e de um patrimônio secular da Igreja que, por outra parte, e isto os desculpa, eles eram incapazes de aquilatar (CRUZ, 1966, p. 144-145).

A unidade dos católicos não permitiria, portanto, a existência de dissidências ou mesmo de inquietações por parte dos seus adeptos.

Registram-se, ainda, fortes críticas às posturas dos protestantes diante da vigorosa defesa da escola privada feita pelos católicos. As reticências contra o protestantismo não tiveram referência somente na defesa dos pressupostos educacionais da Igreja Católica. Elas compreenderam a rejeição à aproximação do ideário educacional protestante com os movimentos de renovação educacional (BUFFA, 1979, p. 70). Segundo o jesuíta,

A boa fé dos pais dissidentes levou-os a por sua confiança na escola leiga mantida pelo Estado; entretanto, não é presumível essa boa fé em quem nega a Deus qualquer homenagem. O ateísmo está fora da lei. Nos termos atuais é aceitável a fórmula proclamando: "a escola cristã para as famílias cristãs. Justiça para as famílias católicas (CRUZ, 1966, p. 59).

A imagem formada ao longo das páginas de "Vinte anos a serviço da educação" remete à defesa da liberdade de crença dos católicos, ameaçada pelo avanço de outras crenças religiosas e pela possível uniformização dos valores imposta por um Estado laicista e tendencialmente totalitário.

Uma das grandes bandeiras, do início deste período, era a defesa do pluralismo, da liberdade e da democratização do ensino. A educação católica, praticamente, hegemônica até o final do período do padroado, deparava-se agora, com a expansão do ensino público, laico e liberal, o fortalecimento do marxismo e o avanço da educação protestante, em várias capitais e grandes cidades brasileiras. Tudo isso criava exigências e dificuldades para a escola católica e levava a AEC, seguindo as orientações da Igreja, a: combater o monopólio estatal no campo da educação, que esbarrava de frente com a liberdade de ensino, e, portanto, com o ensino particular confessional; [...] ajudar a Igreja a resgatar a confiança de que gozara junto ao governo, em outras circunstâncias da história brasileira, além de: encontrar

aliados na defesa dos valores humanistas e cristãos, no campo da educação (CRUZ, 1966, p. 82).

Alguns trechos de "Vinte anos a serviço da educação" são exemplares. Em 1958,

Vemos, por outra parte, a atividade febril e anticlerical com que grupos influentes, inspirados pelos perniciosos princípios do laicismo tentam ampliar o ensino oficial, para solapar a atividade dos educadores particulares (CRUZ, 1966, p. 103).

Presente em todo o livro, essa defesa assumiu um tom épico durante os longos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases, que se iniciaram em 1948, e somente se finalizaram com a promulgação da LDB, em 1961. Nos trechos abaixo, escritos durante o período que foi chamado pelo autor de "A campanha histórica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" revelou-se todo o vigor das convicções de Frias e da entidade que presidia se revelaram:

Em 1958:

De um lado, a campanha da imprensa, em várias capitais, exaltando teses de laicismo e de monopólio do ensino. Felizmente, parece que, ao lado dos prejuízos que sempre acompanharam o erro e a calúnia, houve um grande benefício, provocando esta polêmica manifestações em favor dos direitos da família e do ensino particular (CRUZ, 1966, p. 132).

Em 1959:

Duas concepções especialmente disputam o predomínio sobre a educação: o liberalismo agnóstico e o totalitarismo ateu. Disputam entre si essas correntes que não se excluem, e que acabam por se aliar contra uma terceira: a humanista e democrática. O liberalismo agnóstico desinteressa-se da pessoa humana e se fixa no indivíduo. O totalitarismo ateu toma o indivíduo como instrumento da coletividade, cujos interesses são encarnados pelo Estado, isto é, pela facção que o empolga. [...] A nossa posição não é sectária, é ecumênica. Não-contingente, é permanente. Baseia-se no primado do espírito, na prevalência da pessoa sobre os interesses individuais, na supremacia da sociedade sobre o Estado (CRUZ, 1966, p. 133-134).

Inúmeros outros trechos poderiam ser citados, apontando sempre para uma visão binária, que percebia a luta política dos católicos como

defesa diante da uma tentativa de outros setores de esmagar a sua liberdade de educar.

No entanto, o profundo conservadorismo e a convicção inegociável sobre o papel e os direitos da Igreja católica na educação não fizeram de Artur Alonso Frias um homem incapaz de negociar com outros sujeitos políticos os interesses que defendia, criando interlocuções e forjando alianças. Sob sua presidência, a AEC soube se articular com outros segmentos vinculados diretamente à educação, atuando conjuntamente com o empresariado escolar não-religioso no interior dos sindicatos das escolas particulares e na Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (FENEN), que representava nacionalmente o ensino privado. A AEC também manteve contatos com a imprensa, com parlamentares e com o Estado, conseguindo adesões ao seu projeto de defesa da educação católica. O resultado foi uma série de vitórias políticas, como a ocorrida na LDB, que preservou os interesses essenciais das escolas privadas.

Também se ressalta que a defesa da educação católica empreendida por Frias não se limitou às argumentações de natureza doutrinária. O autor não hesitou em se utilizar de argumentos pragmáticos para justificar a existência das escolas privadas, afirmando que o aluno da rede particular custava quatro ou cinco vezes menos que o da rede pública e que, portanto, o Estado brasileiro deveria investir na sustentação e expansão das escolas particulares, "respeitando o dinheiro da família brasileira" (CRUZ, 1966, p. 433).

A narrativa contida em "Vinte anos a serviço da educação" assume importância maior porque a própria configuração do sistema escolar brasileiro resultou da capacidade de mobilização e negociação de diversos setores atuantes na educação, assim como da legitimidade que lhes foi conferida pelos segmentos da população que, por afinidade ou interesse, constituíam seu público.

Entender a legislação ou papel desempenhado pelas escolas privadas somente em função da tomada de decisões por parte dos governantes e da influência de agentes econômicos empobrece a análise e desconsidera o vínculo entre setores da população e projetos educacionais afinados com correntes de pensamento. Essa foi, e continua a ser, a argumentação utilizada pelos católicos para defender a existência de sua rede escolar.

### **Uma pequena conclusão**

Artur Alonso Frias presidiu a AEC no momento de maior mobilização e unidade das escolas confessionais, doutrinariamente unificadas sob um catolicismo conservador e ainda monolítico, e com um papel socialmente delimitado de formadoras das elites.

Após vinte anos de presidência da AEC, em 1965, Artur Alonso Frias foi substituído pelo padre salesiano José Vieira de Vasconcelos, que encontraria

uma educação católica já influenciada pelos ventos de mudança promovidos pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). A partir da década de 1970, a trajetória da AEC e dos dirigentes nacionais se identificaria com os setores progressistas do catolicismo, tornando-se mais permeável à participação dos educadores leigos e investindo na educação popular.

Artur Alonso Frias se opôs à renovação anunciada pelo Concílio Vaticano II. Abalado pela adesão dos jesuítas às mudanças na Igreja católica, que coincidiram com o fim de sua presidência na AEC, se retirou para a Espanha, onde se dedicou a escrever, só retornando ao Brasil na década de 1980, onde residiu até falecer, em 1990, após sete décadas de sacerdócio (RAMAL, 1999, p. 101).

Com a publicação de "Vinte anos a serviço da educação", Frias pretendeu não somente conservar a memória e o sentido da AEC, mas dar-lhe um sentido épico de luta contra o possível monopólio estatal, contra os adversários ideológicos da Igreja Católica, conservando o espírito combativo e o tradicionalismo da entidade. Teve, também, a intenção de produzir ao mesmo tempo guia para os tempos de mudança que se iniciavam no catolicismo, que tanto lhe preocupavam, como se observa no trecho abaixo, de 1965, quando finalizava seu mandato na AEC e o período temporal abordado em seu livro:

Vemos, pois, que, se não há lugar para descrença, talvez a ameaça de deserção que paira, hoje, em muitos colégios católicos e congregações dedicadas ao ensino, provenha do desalento por ser o magistério o apostolado mais penoso de quantos existem e por crescer, em certos setores da Igreja, mais por ignorância que por maldade, naturalmente, o despreço pela obra dos educadores e a indiferença pelos seus imensos sacrifícios (CRUZ, 1966, p. 381).

"Vinte anos a serviço da educação" teve uma única edição, e pouquíssimos exemplares restaram. Como obra, é registro da maior importância para o estudo do processo educacional brasileiro, em um período histórico em que entrecruzavam a rápida modernização econômica e social do país, a acelerada escolarização e as lutas pela sobrevivência do setor privado, tradicionalmente hegemônico pelas escolas católicas.

A compreensão do posicionamento adotado pelos católicos em vários episódios relacionados à formatação legal da educação brasileira e às políticas educacionais, além dos desdobramentos posteriores ocorridos na educação escolar se encontra em suas páginas; a sua leitura permite perceber que a ação empreendida por Frias, pela entidade que presidia e pelos católicos se baseou em convicções profundas e que foi implementada de forma articulada e bem-sucedida.

O discurso apologético adotado por Frias revela um religioso duro, mas que percebeu que a vida política implica um complexo jogo de interesses e convicções, relações de força, enfrentamentos, alianças e negociações.

Buscou-se neste artigo, ressaltar a importância do autor, que conduziu a articulação política que permitiu à educação católica conservar espaços importantes em um período de grandes transformações na educação escolar brasileira. Sua disposição em defender o conservadorismo do projeto educacional católico, que vivenciava as primeiras fissuras em sua unidade e em seu papel tradicional de formador de elites, sua luta contra a expansão da escola pública laica, não devem ser objeto de julgamento de valor, mas analisadas em função das consequências que tiveram para a educação e do papel relevante que este intelectual e homem de ação católico desempenhou, condensado na obra que escreveu.

Por fim, este artigo argumenta pela necessidade de superar o preconceito acadêmico em relação à trajetória do ensino privado no Brasil, em suas diversas vertentes. Diante da grande presença física das escolas privadas, de seu papel na formação de diversos setores sociais e da força de sua argumentação política, este objeto merece maior atenção por parte dos pesquisadores. No período abordado em suas páginas, as palavras de Artur Alonso Frias contêm uma documentação, uma argumentação e uma análise da maior importância para a História da Educação no Brasil.

Pela importante documentação textual nele catalogada e comentada, e pelos posicionamentos que expõem a visão de mundo de um importante intelectual e dirigente católico, "Vinte anos a serviço da educação" é um livro que merece ser republicado, para ficar à disposição de pesquisadores e interessados.

## Notas

\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e realizou Pós-Doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). E-mail: alvarosenra@gmail.com

<sup>1</sup> No artigo aqui apresentado, o pseudônimo Mariano da Cruz é utilizado apenas nas citações diretas de trechos de "Vinte anos a serviço da educação". Quando foi necessário citar o autor desta obra no texto, manteve-se o nome civil de Artur Alonso Frias.

## Referências

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BUFFA, Ester. **Ideologias em conflito: escola pública e escola privada**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. A Igreja Católica enquanto grupo de pressão na tramitação da LDB. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991, p. 117-134.

COSTA, Marcelo T. **Um itinerário no século**. Mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

CRUZ, Mariano da. **Vinte anos a serviço da educação**. Rio de Janeiro: AEC, 1966.

GARCIA, José T; CAPDEVILLE, Guy. **Educação católica**. Bauru: EDUSC; Brasília: Universa, 2001.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOURA, Laércio D. **A educação católica no Brasil**. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 2000.

RAMAL, Arthur C. Artur Alonso Frias. In: FÁVERO, Maria L.; BRITTO, Jader M. **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: MEC – Inep, 1999, p. 99-103.

ROSSA, Leandro. **AEC do Brasil 60 anos: uma presença católica na educação**. Brasília: AEC, 2005.

Recebido em: novembro de 2015.

Aprovado em: março de 2016.